

A POLÍTICA CONTRA O VÍRUS NA PANDEMIA DO NEGACIONISMO NO BRASIL

Daniel Menezes¹

UFRN: <https://orcid.org/0000-0002-4575-2666>

DOI: [10.21680/1982-1662.2024v7n39ID35433](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2024v7n39ID35433)

Resenha: COSTA, Humberto; RODRIGUES, Randolfe. **A política contra o vírus: bastidores da CPI da Covid.** São Paulo: Cia das Letras, 2022.

Os livros gerados pelos agentes políticos em disputa ainda são pouco debatidos no Brasil. Talvez pelo seu caráter obviamente interessado, a academia se veja diante de uma obra de menor relevância. Independente das causas, trata-se de um erro não levar em consideração o modo como líderes narram, pela sua ótica, acontecimentos cruciais da sociedade, da política. É com esse olhar que o presente texto se debruça sobre a obra “A política contra o vírus: os bastidores da CPI da Covid” dos senadores Randolfe Rodrigues e Humberto Costa.

O enfrentamento à pandemia no Brasil foi um dos fatos mais importantes do século XXI e é bastante provável que não venha a ser sobrepujado nessa condição no restante dele. Foram mais de 700 mil óbitos, número este ainda não mais inflado pela resistência estabelecida pela sociedade brasileira contra o negacionismo capitaneado pelo então presidente Jair Bolsonaro.

A resistência teve uma trincheira de relevo – a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado. Sem ela, a vacinação, que começou tarde no país, teria ocorrido de forma ainda mais lenta, gerando mais mortes. Dois agentes, os senadores Humberto Costa e Randolfe Rodrigues, se dispuseram, através do livro, a apresentar a batalha que foi a comissão. Portanto, ajudam a contar, por dentro, aquele momento em que o país se mobilizou para exigir respeito à ciência.

¹ E-mail: dmcartapotiguar@gmail.com

Na obra, os autores narram os bastidores e as estratégias para, na condição de oposição, primeiro conseguirem tirar a comissão do papel, depois para a obtenção da maioria e encaminhamento das atividades. Não há falsificação histórica na narrativa dos autores. Logo de cara, eles deixam evidente que o principal resultado da CPI foi ajudar a pressionar o governo pela aquisição de vacinas (Costa; Rodrigues, 2022).

A gestão Bolsonaro, que demitiu dois ministros da saúde na maior crise sanitária dos últimos cem anos, enveredou pela construção de uma guerra cultural anticidência, apostando em tratamentos ineficazes e contágio da população pelo vírus, uma "imunidade de rebanho". Na tentativa de parar Jair Bolsonaro e sua cruzada a favor do coronavírus, aconteceu toda uma articulação para, primeiro, fazer a CPI no senado, ambiente menos dominado pela base do governo do que a câmara federal; e depois obter maioria na comissão. A disputa não era fácil, já que o presidente aproveitava sua popularidade pelo pagamento do auxílio emergencial para promover aglomerações, acelerar o contágio da população e desacreditar o trabalho do legislativo.

Ainda assim, a luta pelas assinaturas para abrir a CPI no Senado dava resultado – 1/3 dos senadores endossam a abertura, mas Rodrigo Pacheco resiste. Fica explícito, pela apresentação dos fatos por parte dos senadores, que o presidente do Senado atuava sempre alinhado aos interesses de Jair Bolsonaro. O projeto populista de extrema direita não era obra de um homem só. Estava, por exemplo, também enraizado em boa parte do legislativo brasileiro, tendo capturado os dois presidentes das duas casas do congresso nacional.

O ambiente de trem descarrilhado permanece e eleva a temperatura, que é aproveitada pela oposição no Senado. Em 11 de março de 2021 os senadores Alessandro Vieira e Jorge Kajuru entram no Supremo Tribunal Federal, pedindo que o direito da minoria seja respeitado e que a CPI seja imediatamente aberta. Depois das assinaturas adquiridas, veio a pressão judicial para que ela fosse instaurada. Quando o Brasil assistia atônito há mais de 4 mil mortes por dia, o ministro Luis Roberto Barroso concedia a liminar. Barroso acatava a alegação de que a comissão era desejo de 1/3 da casa legislativa e o direito da minoria deveria ser respaldado. No dia 19 de abril a CPI é aberta após passar pelo Plenário (Costa; Rodrigues, 2022).

Conforme Costa e Rodrigues (2022), assim se estabeleceu o espírito da disputa:

O habitual é que sua composição reflita a correlação de forças existentes entre governo e oposição. A cpi da Covid fugiu a essa regra por várias circunstâncias, e isso fez com que a oposição e os independentes tivessem a maioria entre seus dezoito integrantes (onze titulares e sete suplentes). Ali, ao nosso ver, se formaria o embrião da única frente ampla que, até então, havia sido possível construir contra Bolsonaro (Costa; Rodrigues, 2022, p. 56).

Um momento importante do texto acontece quando os autores mostram como conseguiram formar maioria na CPI, cedendo a presidência para Omar Aziz e a relatoria para Renan Calheiros, rompendo a tradição daquele que colhe as assinaturas – Randolfe Rodrigues – vir a ocupar a presidência. A abertura da CPI para novos nomes, a cessão da presidência para um "independente" e a ocupação da relatoria por Renan Calheiros, que trazia consigo parte do MDB, o seu partido, gerou a maioria oposicionista na comissão.

Com maioria, os membros da comissão puderam expor, através das testemunhas, o modo como o governo federal ignorava as ofertas de vacinas. O CEO da Pfizer, Carlos Murillo, testemunhou que a fabricante vinha procurando o governo para fechar a venda de imunizantes desde agosto de 2020, o que fora depois confirmado por Fabio Wajngarten, ex-secretário de comunicação social também depoentes. Enquanto 69 países já tinham acertado a compra de imunizantes, o Brasil ainda lutava para ir para o fim da fila.

Veio mais. Dimas Covas, diretor do Instituto Butantan, desnudou, numa fala alicerçada em documentos, que o então ministro da saúde Eduardo Pazuello ignorou propostas de parceria para a fabricação da Coronavac. Temendo um fortalecimento do governador de São Paulo João Doria na disputa presidencial de 2022 pelo campo da direita, Bolsonaro boicotou como pôde a produção da Coronavac e atrapalhou a vinda de insumos chineses. Em um vídeo que explicava que “um manda e outro obedece”, Pazuello negava a oferta de 100 milhões durante o mês de outubro conforme defendeu o presidente.

Costa e Rodrigues (2022) apontam que um modo de manter o apoio da sociedade à CPI foi municiar a imprensa com fatos novos. O relato é interessante, pois ajuda a desfazer a tese de que a imprensa tem protagonismo sobre a política. Na verdade, a política municia a imprensa e estabelece com ela uma interação monitorada e estratégica. Um momento de ápice, por exemplo, foi quando os irmãos

Miranda, um deputado federal e o outro servidor, desnudaram a proposta de compra superfaturada da Covaxin, que além de mais cara, não tinha a aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A situação tratou-se posteriormente de um momento de tensão, pois os envolvidos na tentativa de aquisição atravessada de ilícitos vinham das forças militares e estas agiam para tentar desacreditar as descobertas e avanços da comissão. Os militares, apoiadores do governo, tentaram pressionar os membros da CPI, propagando a falsa ideia de que uma crítica dos senadores contra os corruptos era, na verdade, um ataque às forças armadas.

Outro ponto alto da CPI foi quando ficou clara a utilização de Manaus como um laboratório de distribuição em massa do chamado “kit covid”, enquanto doentes morriam por falta de oxigênio. É digno de nota ainda as aparições de Arthur Lira, presidente da Câmara. De acordo com Costa e Rodrigues (2022), ele ignorou a pandemia, dando sinais claros de leniência quando, em plena urgência de saúde, concedia festa para 300 convidados. Depois, pressionou a CPI para chamar para depor Ricardo Barros, líder do governo, denunciado pelos irmãos Miranda como o articulador da compra da vacina indiana superfaturada. Fica claro que os membros da CPI calcularam bem a vinda das testemunhas, tendo como preocupação não abrir espaço para “lacrção” e negacionismo bolsonarista.

Além disso, os senadores monitoravam o modo como os bolsonaristas tentavam usar a CPI para a confecção de cortes para as redes sociais. Foi assim quando Ricardo Barros tentou vender a falsa tese de que a CPI estaria gerando insegurança jurídica para a compra de vacinas e quando Pazuello e o empresário Luciano Hang foram inquiridos. Ou seja, a CPI andava de mãos dadas com um trabalho de bastidor perante a imprensa e tentando cercear a instrumentalização negativa da comissão nas redes sociais, um fenômeno novo para esse tipo de atividade político-institucional.

Apesar da pressão dos bolsonaristas em várias frentes, a comissão consegue ganhar nova vida com a exposição do caso da Prevent Senior, plano de saúde que estava falsificando atestados de óbito, para diminuir as estatísticas da letalidade da doença, e impondo tratamentos ineficazes aos seus segurados. Mais uma vez pesou a favor da CPI contra o governo a relação entre senadores, imprensa e ampliação do conteúdo pelas redes sociais.

Na feitura do relatório, existiu um consenso sobre apontar a existência de um gabinete paralelo composto por negacionistas que burlavam os trâmites

administrativos e a transparência acerca das decisões de governo, incentivavam a busca pela imunidade de rebanho por contágio, o emprego em larga escala de remédios ineficazes contra Covid-19 para criar falsa sensação de normalidade, a recusa na aquisição de vacinas, a corrupção no Ministério da Saúde, entre outras atividades ilícitas. O grupo ainda contribuiu para apontar o uso das *fake news* e das chamadas milícias digitais, fortalecendo as investigações sobre o assunto que ainda caminham no STF.

Costa e Rodrigues (2022) reconhecem que não conseguiram avançar na implicação dos militares, estes com forte poder de pressão sobre membros da comissão, inclusive integrantes de oposição ao governo. Porém, todo o genocídio de comunidades indígenas foi largamente denunciado e passou a ter desdobramento em tribunais internacionais.

Apesar das dificuldades, o relatório foi aprovado por 7 votos a 4. Após a sua confecção, mais um pedido de impeachment contra Jair Bolsonaro fora recebido por Arthur Lira e uma solicitação de investigação repassado ao procurador geral da República, Augusto Aras, ambos lenientes em decorrência do endosso ao projeto populista bolsonarista. Costa e Rodrigues (2022) finalizam sua obra, clamando para que o Ministério Público Federal atue e puna devidamente Jair Bolsonaro pelas mortes que provocou durante a pandemia de coronavírus no Brasil.

Além da relação de monitoramento reflexivo institucional estabelecido pelos membros da CPI com a imprensa e as redes sociais, vale enfatizar a forte influência de interação entre os parlamentares e representantes da comunidade acadêmica. A obra em análise aponta para o modo como as descobertas feitas por Ventura, Perrone-Moisés e Martin-Chenut (2021), demonstrando como o governo federal agiu deliberadamente para espalhar o vírus, acreditando com isso que a pandemia passaria mais rapidamente, serviram de base para toda a argumentação da comissão.

As opiniões correntes sobre uma CPI alegam que uma organização como essa tem base eminentemente política. Ora, entendendo que qualificar uma ação como política em nada desabona sua fundamentação, cabe ainda assim enfatizar que existe sim um trabalho técnico bem alicerçado nas ações dos agentes em disputa, inclusive com vínculos com a comunidade acadêmica e atores relevantes do debate público, tais como a imprensa, instituições anexadas ao tema em pauta e um monitoramento sobre a nova ambiência das redes sociais.

A ciência política e a sociologia precisam se debruçar sobre essa nova composição de relação de força e de sentido, no modo como ela afeta o trabalho parlamentar e a produção das comissões. Se é possível saber como uma CPI começa, mas não de que modo termina, conforme o ditado popular a respeito delas; a obra de Humberto Costa e Randolfe Rodrigues representa bom ponto de partida para racionalizar o que parece a uma primeira aproximação fruto do mero acaso incontrolável.

Referências

- VENTURA, Deisy de F. L.; PERRONE-MOISÉS, Cláudia; MARTIN-CHENUT, Kathia. Pandemia e crimes contra a humanidade: o “caráter desumano” da gestão da catástrofe sanitária no Brasil. *Revista Direito e Práxis*, v. 12, n. 3, p. 2206-2257, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/7WGyphhcLskRqBCwBNTt9sn/?lang=pt#>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- COSTA, Humberto; RODRIGUES, Randolfe. *A política contra o vírus: bastidores da CPI da Covid*. São Paulo: Cia das Letras, 2022.

Recebido: 28 fev 2024
Aceito: 30 abr 2024